

**Casa Ganga Zumba e Rede
SAPOQUI: Experiências de
educação quilombola na Zona da
Mata Mineira**

**Casa Ganga Zumba and Rede
SAPOQUI: Quilombola education
experiences in the Mata Mineira
zone**

RESUMO:

Este artigo apresenta duas experiências de educação quilombola na Zona da Mata Mineira: a Casa Ganga Zumba e a Rede SAPOQUI – Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata – analisadas à luz do movimento negro educador, das pedagogias decoloniais e da educação popular. As análises sugerem o protagonismo dessas organizações no confronto às colonialidades, ao racismo e na mobilização do movimento quilombola na região.

Palavras-chave: Movimento Quilombola. Educação Quilombola. Grupo Afro Ganga Zumba. Rede SAPOQUI.

ABSTRACT:

This article presents two experiences of quilombola education developed in Zona da Mata mineira, in Brazil: Casa Ganga Zumba and Rede SAPOQUI – Rede de Saberes Quilombolas da Zona da Mata Mineira, analyzed from “black educator movement”, as presented in Nilma Lino Gomes (2017), the decolonial pedagogies and popular education. The analyzes suggest the leading role of these experiences in confronting colonialities and in mobilizing the quilombola movement in the region.

Keywords: Quilombola moviment. Quilombola education. Afro Ganga Zumba Group and Rede SAPOQUI.

Alessandra
Bernardes Faria
Campos¹

Jaqueline Cardoso
Zeferino²

Julius Keniata
Nokomo Alves
Silva³

Mariana da Silva
Souza⁴

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Ouro Preto (PPGE/UFOP). Pesquisadora-militante na Rede SAPOQUI. E-mail: ale.bernardescampos@gmail.com.

² Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, no curso de Licenciatura em Educação do Campo (Licena-UFV). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC). Membro do Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE). E-mail: jaqueline@ufv.br.

³ Graduando em Cooperativismo na Universidade Federal de Viçosa. Membro da Rede SAPOQUI. Quilombola da Comunidade do Buieí, Viçosa (MG). E-mail: julius.silva@ufv.br.

⁴ Graduanda em Direito da Faculdade Doctum. Coordenadora do Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE). Membro da diretoria do Grupo Afro Ganga Zumba. Quilombola da Comunidade de Fátima, Ponte Nova (MG). E-mail: marianapjleste@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Olha nosso povo aí

Conjugando no presente o verbo resistir⁵

Compartilhamos no presente texto reflexões parciais acerca das experiências educativas do Grupo Afro Ganga Zumba e da Rede SAPOQUI – Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata mineira –, duas organizações relevantes do movimento negro e quilombola da região. O Grupo Afro Ganga Zumba foi fundado em 1988 por dezoito mulheres, a maioria adolescentes, como um manifesto pelos cem anos da abolição formal da escravatura, com o objetivo de afirmar e divulgar a cultura negra local por meio da dança afro-brasileira (CASTRO, 2015). Sobre essa entidade, abordaremos particularmente a criação da Casa Ganga Zumba, um espaço de acolhimento, educação, formação artística, cultural e política criado na década de 1990 pelo Grupo. A Rede SAPOQUI, por sua vez, foi fundada em 2015 a partir do Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE), visando o fortalecimento da organização quilombola na região da Zona da Mata mineira⁶. Em termos dos objetivos e das ações, a Rede SAPOQUI vem atuando intensamente na garantia de direitos específicos das comunidades quilombolas, com destaque para a certificação e titulação de suas terras.

Tais reflexões são fruto dos resultados de duas pesquisas de doutorado em desenvolvimento, uma delas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC), em parceria com a Comunidade Quilombola do Bairro de Fátima, da cidade de Ponte Nova (MG). Este estudo tem como objetivo principal analisar a agência de mulheres quilombolas no contexto de mobilização da dança e do canto em processos educativos emancipatórios e antirracistas, tendo como referências autoras do campo do pensamento negro, feminista e decolonial, como Grada Kilomba (2019), Oyèrónké Oyèwùmí (2016), Nilma Lino Gomes (2012; 2017), Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (2018), Patricia Hill Collins (2019) e bell hooks (2017). A outra pesquisa vem se desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em

⁵ Composição de Nei Lopes, Zé Luiz e Sereno (1987) interpretada por Alcione no álbum de mesmo nome lançado em 1987, performada pelo Grupo Afro Ganga Zumba desde 1988.

⁶ O Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE) surgiu em 2008 a partir do V Fórum Mineiro de Promoção da Igualdade Racial (FOPPIR) e atualmente conta com mais de 20 entidades filiadas que atuam na promoção da igualdade racial, além de envolver grupos de discussões em mais de cinquenta municípios de Minas Gerais.

Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGE/UFOP), em colaboração com a Rede SAPOQUI, que atua na Zona da Mata mineira, em estreita articulação com entidades quilombolas que atuam em escalas e regiões distintas, incluindo o Grupo Afro Ganga Zumba, além de outras instituições e movimentos, como universidades, escolas e o movimento agroecológico.

Os olhares lançados sobre a SAPOQUI se voltam para a identificação, análise e compreensão dos processos educativos engendrados pela organização e pelas ações que a rede vem desenvolvendo na Zona da Mata mineira, fortemente vinculadas à garantia da vida e existência das comunidades quilombolas, às pedagogias antirracistas (GOMES, 2017; PETIT, 2015) e às pedagogias de resistência-existência (WALSH, 2017). Os referenciais teórico-metodológicos se localizam no campo das perspectivas anticoloniais⁷ (WALSH, 2014, 2017; QUIJANO, 2002, 2005a, 2005b; ARROYO, 2014; BISPO, 2015; KILOMBA, 2019; GOMES, 2012, 2017) e da educação popular (FREIRE, 1987, 2016; BRANDÃO, 1988). Ambas as pesquisas se amparam na etnografia como abordagem teórico-metodológica (PEIRANO, 2014; INGOLD, 2016), estando a pesquisa sobre a Rede SAPOQUI também referenciada na pesquisa militante (BRINGEL; VARELLA, 2016).

A etnografia por nós empregada transborda a definição convencional de método e assume a teoria como parte constitutiva de si, ao que define Mariza Peirano (2014, p. 383) como formulações teórico-etnográficas. No fluxo destas reflexões, a etnografia constitui-se como uma prática de educação (INGOLD, 2016) escrita das aprendizagens e interlocução com a vida cotidiana dos grupos com os quais realizamos a pesquisa. Nossas formulações teórico-etnográficas nascem da observação participante – principal estratégia metodológica da etnografia – e não de uma técnica à paisana para coleta de informações (INGOLD, 2016, p. 407). Tim Ingold afirma que “observação participante é uma forma de estudar com as pessoas. Não se trata de descrever outras vidas, mas de unir-se a elas na tarefa comum de encontrar formas de viver.” (INGOLD, 2019, p. 13). Nesse contexto, além da observação participante, outras estratégias de construção de dados

⁷ O anticolonial aqui se refere ao conjunto de abordagens que produzem leituras críticas da realidade, a partir da compreensão de que a forma como nos organizamos socialmente e as questões decorrentes dessa organização se fazem em estreita associação com a experiência colonial que nos inseriu na modernidade. Sobre este ponto, a construção da classificação social (QUIJANO, 2002) e a racialização a qual se referencia produzem a raça como marcador fundamental a ser ponderado quando da produção das interpretações sobre a realidade.

foram acionadas tais como a realização de entrevistas narrativas (FLICK, 2004), conversas informais, análise de documentos, como atas e relatórios das entidades em questão. As descrições e análises das experiências estudadas foram sistematizadas a partir das categorias agência e espaço seguro (COLLINS, 2019, p. 459), no caso da Casa Ganga Zumba, e pedagogias de resistência-existência (WALSH, 2017), no que se refere à Rede SAPOQUI.

A partir desse referencial teórico-metodológico, apresentamos e analisamos alguns elementos presentes nas experiências estudadas, com foco nos processos educativos engendrados por essas organizações a partir de suas histórias e ações. Sobre essas experiências, apresentamos e discorremos sobre suas características e natureza, tecendo convergências entre elas. Nessa direção, apresentamos a concepção de educação com a qual estamos operando, enlaçando debates no campo das pedagogias decoloniais, antirracistas e da educação popular, subsidiando a produção de um olhar acerca do papel educativo dessas organizações nos territórios nos quais suas ações incidem, afirmando tais processos como educação quilombola.

COLONIALIDADE, RAÇA E EDUCAÇÃO

Partimos de uma concepção ampla de educação, que não se restringe ao ensino, ou seja, à educação escolar, e que não tem na figura do professor sua única referência enquanto sujeito produtor de processos educativos (BRANDÃO, 1988). Compreendemos a educação como processos amplos, multifacetados, de transmissão de saberes, valores, comportamentos, formas de concepção de mundo, de relações interpessoais, como uma atividade humana inserida na realidade social. Dessa forma, os objetos e as formas por meio das quais aprendemos são definidos e levados a cabo em meio a tensionamentos, deslocamentos e disputas. Em um contexto como o nosso, marcado pela colonialidade e pelas contradições que ela engendra, esses processos educativos vão sendo internalizados, tanto pressupostos capitalistas, machistas e racistas quanto olhares sobre o mundo orientados para a garantia da vida e da existência digna, complementar e relacional entre seres vivos e mortos, humanos e outros, por meio da agência e das memórias coletivas de grupos subalternizados (WALSH, 2014). Esses processos pedagógicos se constituem por meio da ação de diferentes grupos, que os constroem a partir dos lugares sociais que

ocupam, lugares estes forjados ao longo da história a partir de intensas, violentas e desiguais correlações de força no contexto da experiência da colonização e da colonialidade.

Sobre as noções de colonização e colonialidade, Restrepo e Rojas (2010) as descrevem de forma elucidativa:

O colonialismo se refere ao processo e os aparatos de domínio político e militar utilizados para garantir a exploração do trabalho e das riquezas das colônias em benefício do colonizador. [...] A colonialidade é um fenômeno histórico muito mais complexo que se estende até nosso presente e se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, culturais e epistêmicas, possibilitando a re-produção de relações de dominação; este padrão de poder não só garante a exploração do capital de uns seres humanos por outros em escala mundial, mas também de subalternização e obliteração dos conhecimentos, experiências e formas de vida de quem é dominado e explorado. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p.15)⁸

Assim, a colonialidade se constitui como um padrão ou matriz de poder que estrutura o sistema mundo moderno/colonial, no qual trabalho, subjetividades, conhecimentos, lugares e seres humanos são hierarquizados e governados a partir de sua racialização, fundada nos processos de colonização do que veio a ser denominado América, dentro de um modo específico de produção e distribuição da riqueza (RESTREPO; ROJAS, 2010; QUIJANO, 2005b). Contudo, ainda que superada em termos políticos como legado do colonialismo, persistem as lógicas e os efeitos da condição colonial, condição que tem na ideia de raça substrato fundamental de existência de continuidade. Além disso, as violências da colonialidade se aprofundam se consideramos a conexão da raça com outros marcadores, como o gênero, por exemplo, como argumentado por Lélia Gonzalez (2020) em seu debate sobre o capitalismo patriarcal-racista. A colonialidade exerce seu poder pela forma como atua sobre as sexualidades, afetos, corpos, subjetividades, memórias, territórios e sobre a construção e transmissão do conhecimento.

⁸ Tradução livre para: “El colonialismo refiere al proceso y los aparatos de dominio político y militar que se despliegan para garantizar la explotación del trabajo y las riquezas de las colônias en beneficio del colonizador. (...) La colonialidad es un fenómeno histórico mucho más complejo que se extiende hasta nuestro presente y refiere a un patrón de poder que opera a través de la naturalización de jerarquias territoriales, raciales, culturales e epistêmicas, possibilitando la re-producción de relaciones de dominación; este patrón de poder no sólo garantiza la explotación por el capital de unos seres humanos por otros a escala mundial, sino también la subalternización y obliteración de los conocimientos, experiencias y formas de vida de quienes son así dominados y explotados.”

Como afirma Grada Kilomba (2019), o colonialismo habita o presente por meio da atemporalidade do racismo, que opera a lógica colonial recuperada do passado e a reinventa no presente, cujas práticas e discursos são reproduzidos e normalizados, alcançando a linguagem e o sistema educacional, limitando a capacidade de rompimento com as relações de poder coloniais, bem como de alargarmos o presente e nos deslocarmos a um futuro de bem-viver que desmonte radicalmente as violências operadas pela colonialidade.

Sobre a ideia de raça, Munanga (2003, p. 6) ressalta seu caráter etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Emerge no sentido de produzir socialmente hierarquias entre diferentes grupos sociais humanos e da sua legitimação e naturalização, operada sobremaneira a partir de aspectos fenotípicos e tendo os indivíduos da raça “branca” decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela” (MUNANGA, 2003). Atributos biológicos, como a cor da pele, traços morfológicos e tipos de cabelo foram atrelados a qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais pela branquitude⁹, a fim de dirigir e dominar as outras raças, sobretudo a negra, “considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação” (MUNANGA, 2003, p. 5).

Por meio das brutais pedagogias coloniais de dominação, inferiorização e subalternização a que têm sido submetidos os coletivos populares desde o início da colonização (ARROYO, 2014), temos sido ensinadas e ensinados a nos vermos com os olhos do dominador. A escola é parte desse processo. Como nos adverte bell hooks (2013) e Nilma Lino Gomes (2012), os currículos escolares reforçam os sistemas de dominação (racismo, sexismo, exploração de classe e imperialismo), promovendo os vícios da mentira e da negação e perpetuando todos os tipos de preconceitos, racismos, parcialidades e silenciamentos. Partindo de uma pedagogia do oprimido, muito além dos conteúdos formais que veicula, a escola ensina lugares sociais e formas de olhar para si mesmo e para os demais, ensina formas de comportar-se dentro e fora da escola.

⁹ A branquitude é entendida como uma posição em que os sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram (SCHUCMAN, 2014, p. 56).

Entretanto, ainda que esses processos educativos sejam hegemônicos, não se colocam como uma determinação, algo que se confirma pelas lutas de grupos marginalizados, lutas essas estreitamente vinculadas à continuidade da sua existência. Especificamente, compartilhamos da assertiva que o povo negro produz pedagogias e conhecimentos, nomeados de diferentes maneiras, como pedagogia das encruzilhadas (RUFINO, 2019), pedagogia do movimento negro (GOMES, 2017), pretagogia (PETIT, 2015), pedagoginga (2019), para citar algumas: pedagogias produzidas a partir das histórias e vivências do povo negro em diáspora em terras brasileiras. Insubmissos à objetificação, educam a sociedade para sua condição de sujeitos de conhecimento e direitos, abrindo espaços para ser mais (FREIRE, 1987). Pedagogias referenciadas nas lutas, ancestralidades, espiritualidades, cosmovisões, epistemologias próprias, de encruzilhada, fronteiriças, circulares, comunitárias, solidárias (RUFINO, 2019; BISPO, 2015; GOMES, 2012; 2017; PETIT, 2015). Produzidas nas vivências de situações-limites, carregam contradições e tensões das urgências de um passado-presente, já conectadas ao futuro, como inédito viável (FREIRE, 2016), biointerativo (BISPO, 2015), passado ressignificando o presente e construindo o futuro.

A partir dessa perspectiva de educação, afirmamos a Rede SAPOQUI e a Casa Ganga Zumba como produtoras de uma educação quilombola em sua região de atuação. Tal compreensão se faz a partir da evidência do protagonismo político dessas organizações, cuja existência e ações vêm alterando socialmente os olhares, as compreensões e as formas de se relacionar com as comunidades quilombolas na Zona da Mata mineira. São ações educativas cuja direção é a afirmação positivada da existência quilombola e da promoção da sua continuidade a partir da trajetória histórica e de aspectos que marcam as formas específicas de viver desse grupo social.

A CASA GANGA ZUMBA

Para a artista interdisciplinar Grada Kilomba, trazer o conhecimento à performance é possibilitar o encontro entre biografia e teoria¹⁰. Partindo dessa premissa, iluminamos a experiência do Grupo Afro Ganga Zumba, gestado por mulheres da

¹⁰ Sobre o conceito de performance do conhecimento ver palestra-performance “Descolonizando o Conhecimento” na plataforma virtual da Mostra Internacional de Teatro de São Paulo: <https://mitmais.org/evento/descolonizando-o-conhecimento/>.

Comunidade Quilombola do Bairro de Fátima desde 1988. O Grupo está desde sua fundação absolutamente engajado na ampliação dos espaços de participação social, cultural e política da população negra e quilombola de Minas Gerais, articulando-se a entidades do movimento negro e quilombola a nível local, regional e nacional. O Grupo também é responsável pelo reconhecimento da comunidade negra do bairro de Fátima como quilombo¹¹. A partir de um processo artístico pioneiro na região – que envolve cultura negra, educação e política – essas mulheres, por meio de memórias incorporadas, performadas em dança e canto, trouxeram para a cena pontenovense o conhecimento ancestral e comunitário afrodiáspórico que as constitui como quilombolas.

Essas mulheres foram impulsionadas por um contexto amplo de transformações políticas e socioculturais, tais como a promulgação da Constituição de 1988, o centenário da abolição da escravatura, a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema “Ouvi o Clamor Deste Povo”, e, particularmente, pelo cenário artístico-musical da década de 1980, a partir da vitrine promovida pelo carnaval soteropolitano, no qual o “mundo negro”¹² foi apresentado a todo Brasil. Para o povo negro, esta estética e poética se consolidou como conhecimento performado. Olodum, Ilê Aiyê, Banda Reflexu’s, Timbalada, entre outras bandas e blocos afro são agentes produtores e propulsores de reflexões sobre África, diáspora, racismo, que inspiraram os processos criativos, pedagógicos e políticos de grupos negros pela América Latina.

Em 1988, as “meninas do Ganga” iniciam um processo de pesquisa em uma loja de discos da cidade a fim de diversificar o repertório musical das coreografias até então elaboradas a partir do que era veiculado pela mídia televisiva e pelas emissoras de rádio FM¹³. Nessa pesquisa, elas conhecem produções musicais de artistas que viajaram para países do continente africano, como Martinho da Vila, Alcione, Djavan, Clara Nunes,

¹¹ A partir das ações políticas e culturais do Grupo Afro Ganga Zumba, o bairro de Fátima foi reconhecido como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2007. Tal reconhecimento possibilitou alguns avanços no que se refere ao acesso a direitos no campo da saúde, assistência social, educação e moradia como a instalação no território da Unidade Básica de Saúde, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e criação da Escola Quilombola.

¹² Em referência à canção Que Bloco é Esse, composição de Paulinho Camafeu para a estreia do Bloco Afro-baiano Ilê Aiyê fundado em 1974.

¹³ Destacam-se como contribuições para o processo criativo e pedagógico do Grupo o filme “Um príncipe em NY” estrelado por Eddie Murphy, assim como as apresentações nos programas de televisão de artistas como a Banda Reflexu’s, Sandra de Sá, Alcione, Leci Brandão, Clara Nunes e Olodum que por meio de suas performances produziram e ensinaram conhecimentos sobre a cultura e história africana e afro-brasileira.

entre outros que se tornaram referência na criação artística e no processo político-pedagógico agenciado pelas mulheres do Grupo Afro Ganga Zumba¹⁴. Quando essas mulheres dançam e cantam, elas trazem ao corpo suas memórias afrodiáspóricas, encenam suas vidas, suas cosmopercepções, suas histórias, bem como as de sua comunidade. A dança e o canto produzem sentidos sobre ser negra e quilombola no Brasil, e, particularmente, em uma cidade do interior de Minas Gerais com uma história de mais de duzentos anos de resistência negra frente às colonialidades.

Nos primeiros anos do Ganga a dança afro-brasileira foi o carro-chefe, o elemento propulsor da luta antirracista e da educação emancipatória pautada pelo Grupo. Contudo, a fim de atender à crescente demanda da comunidade do bairro de Fátima e demais bairros negros adjacentes por atividades que transmitissem às crianças e jovens conhecimentos sobre África, história e cultura negra, o Ganga amplia o seu repertório artístico e formativo incluindo capoeira, maculelê, percussão, oficina de artesanato e corte e costura afrorreferenciados, bem como encontros formativos sobre o racismo e emancipação socioeconômica do povo negro (CASTRO, 2015). É nesse contexto que o Grupo Afro Ganga Zumba cria, na década de 1990, a Casa Ganga Zumba, um espaço de acolhimento, criação artística, orgulho racial e educação antirracista.

Pouco tempo após a primeira apresentação de dança afro para uma numerosa audiência em praça pública, no dia 13 de maio de 1988, as 18 meninas e mulheres da comunidade negra do Bairro de Fátima já eram reconhecidas como referência na produção e divulgação de saberes negros pela população de Ponte Nova. Assim, criaram na Casa Ganga Zumba o Ganga Mirim, um espaço lúdico, artístico e pedagógico, a fim de acolher e transmitir às crianças e adolescentes da comunidade o entendimento sobre referenciais negros a partir da cultura e da história dos povos africanos e afro-brasileiros. Mais tarde, criaram a Extensão do Ganga, um projeto que levou a mais dois bairros negros da cidade esses conhecimentos por meio do repertório musical e da dança afro. Rapidamente o Ganga se tornou, em toda a região, o que Nilma Lino Gomes (2017) define como movimento negro educador.

¹⁴ Em 1980 Agostinho Neto, poeta e presidente da recém independente Angola, alinhada ao bloco comunista, levou ao seu país uma caravana com mais de 60 pessoas do meio artístico brasileiro em um intercâmbio cultural conhecido como Projeto Kalunga, coordenado por Fernando Faro, Martinho da Vila e Chico Buarque. Desse manancial do “atlântico negro” (GILROY, 2012) nasceram produções artísticas das quais o Ganga se banhou, nutriu e distribuiu por meio de uma poética e estética de afirmação e resistência.

O trabalho precoce para as famílias brancas – seja como babás, coqueiras, cozinheiras, empregadas domésticas, costureiras – ou nas lavouras, no corte de cana, na “panha” de café e na capina dificultou o acesso à escola a muitas mulheres e homens negros, que viram nas práticas artísticas e culturais da Casa Ganga Zumba uma possibilidade de aprender não apenas sobre a história e a cultura negra, mas também sobre o funcionamento do sistema racista que os confrontava cotidianamente. Aquelas e aqueles que acessaram a escola básica e a universidade se depararam com a violência do racismo (KILOMBA, 2019) e com o epistemicídio (CARNEIRO, 2005). Nesse cenário racista e de negligência estatal, a Casa Ganga Zumba tornou-se um local de educação emancipatória e antirracista da população negra pontenovense, impulsionando e possibilitando o acesso e a permanência na escola por meio do cursinho popular, aulas de reforço, grupos de estudo, entre outras ações empreendidas, sobretudo pelas mulheres da comunidade.

Nas últimas três décadas, a partir do ponto de vista da mulher negra (COLLINS, 2019), as mulheres do Ganga tensionam e deslocam saberes sintéticos (BISPO, 2015) operados pela matriz de dominação eurocêntrica. Suas práticas educativas denunciam o racismo por meio de seus lugares de enunciação assentados em corporeidades afrodiaspóricas, em suas existências inventivas (AZEVEDO, 2020) e na matripotência (OYĚWÙMÍ, 2016).

A Casa Ganga Zumba, em suas duas primeiras décadas de existência, funcionou como um espaço seguro de autodeterminação e autodefinição para mulheres, homens, adolescentes e crianças negras¹⁵. Mais tarde, essas ações conduziram ao reconhecimento do bairro como Comunidade Quilombola e as ações educativas se diversificaram, alcançando o público de idosas por meio do grupo de cantoria Herdeiros do Banzo, atualmente denominado Irmandade Bantu, contribuindo para o fortalecimento do orgulho étnico-racial comunitário fundamentado nas memórias e práticas de mulheres como gestoras e geradoras da vida social, política econômica e cultural no Quilombo.

Para Patricia Hill Collins, os espaços seguros constituem um mecanismo importante para o empoderamento das mulheres negras, individualmente e como grupo,

¹⁵ Para Patrícia Hill Collins autodefinição é o poder de nomear a própria realidade, a autodeterminação é o poder de decidir o próprio destino; agência é a disposição para se autodefinir e se autodeterminar individualmente ou como grupo social (COLLINS, 2019. p. 459).

além de capacitar para a participação em projetos de justiça social, uma vez que formam locais privilegiados de resistência à objetificação como o Outro (COLLINS, 2019, p. 199). Nesse sentido, a Casa Ganga Zumba propiciou o encontro de pessoas, saberes, práticas e subjetividades emancipatórias. Nela a comunidade se resguarda do controle dos discursos dominantes, compartilha experiências, discute sobre os efeitos destrutivos do capitalismo patriarcal-racista, reelaborando suas subjetividades e autodefinições a partir de referenciais vigentes em sua própria comunidade negra. Tais ações caracterizam a prática pedagógica da Casa Ganga Zumba enquanto práticas de construção e transmissão de conhecimentos e saberes quilombolas.

A dança afro e o canto foram mobilizados em seus processos educativos visando a emancipação, a afirmação étnico-racial e o enfrentamento ao racismo, fundando um fazer político e pedagógico na Zona da Mata mineira. As pedagogias materializadas pelo corpo negro emancipado (GOMES, 2017), protagonizado pelas mulheres do Ganga rompem com o epistemicídio como dispositivo de negação do sujeito do conhecimento negro, o ocultamento da África como patrimônio cultural da humanidade e com a imposição do branqueamento cultural, uma vez que afirmam, validam e superam interdições no espaço de produção do conhecimento perpetuadas durante séculos. Nesse processo, os diferentes grupos que compõem o movimento negro constituem-se em território de luta, de reconstrução de narrativas, de memórias insurgentes, de resistência cotidiana e coletiva, de produção, sistematização e validação de conhecimentos (GOMES, 2017).

Embora a Casa Ganga Zumba seja um espaço seguro para a Comunidade de Fátima e sobretudo para as mulheres negras e quilombolas, ele se constitui como um espaço educativo para quilombolas e não quilombolas, pois o projeto de justiça social do Grupo Afro Ganga Zumba é para todos. Em uma atitude pioneira na região, essas mulheres articularam arte, política, cultura e educação para a celebração da vida, para o enfrentamento às colonialidades, para recuperar a dignidade e histórias fragmentadas pelo racismo.

A REDE SAPOQUI – REDE DE SABERES DOS POVOS QUILOMBOLAS DA ZONA DA MATA

Ainda que a presença de quilombolas na Zona da Mata mineira seja secular, sua organização enquanto movimento social é recente formalizada em 2015 por meio da Rede SAPOQUI – Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata Mineira. Sobre este ponto, é importante dizer que as ações organizadas do povo quilombola antecedem este marco através do Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE), protagonizado pelo Comissão Quilombola do FOMENE, além de ações já promovidas pelas comunidades quilombolas enquanto sujeitos coletivos. A Rede SAPOQUI foi construída a partir da mobilização de vários movimentos sociais ligados à agroecologia na região, sendo concebida como uma entidade de apoio às comunidades quilombolas. Esse caráter se alterou com o passar do tempo, tendo como divisor de águas a I Caravana Quilombola, em 2018 (cuja construção se inicia em 2017), quando as comunidades quilombolas da Zona da Mata assumem o protagonismo da Rede SAPOQUI.

Junto das comunidades quilombolas, a Rede tem em sua composição sujeitos também não pertencentes a elas, mas comprometidas com as causas quilombolas da região, sendo algumas delas pessoas brancas. Não sem razão, tal opção é um ponto de tensão (fora e dentro da Rede), o que deve ser entendido a partir das complexidades que envolvem as dinâmicas raciais brasileiras nas quais se inserem as violentas e naturalizadas dinâmicas racistas. Sobre este aspecto, emerge um primeiro apontamento sobre a atuação pedagógica da SAPOQUI. Apesar das não infundadas desconfianças e tensionamentos sobre sua composição, existe uma compreensão por parte do grupo que atua mais intensamente na dinâmica da Rede que, a luta antirracista, ainda que protagonizada pelo povo negro, deve ser um processo que implique a todas/os. Aqui o conflito, tanto no interior do grupo, quando face a pessoas e grupos externos, é assumido como parte do processo educativo nas lutas antirracistas, assumido como parte do enfrentamento às colonialidades que nos compõem a partir dos processos de classificação social constituídos a partir da ideia de raça (QUIJANO, 2005b).

No que se refere aos seus objetivos, a Rede SAPOQUI tem como direção contribuir com o reconhecimento e a cidadania plena das comunidades quilombolas na região, visando sua autonomia e o acesso a políticas públicas. Como descrito em um

documento interno da SAPOQUI, formulado para submissão em um edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos de 2018, “a Rede incentiva as trocas de experiências sobre a identidade negra quilombola, suas histórias, suas fortalezas e desafios em um contexto marcado pelo racismo, desigualdades de gênero, concentração fundiária e criminalização dos movimentos sociais”. Nessa direção, ao longo dos seus anos de atuação, a Rede SAPOQUI realizou, e segue realizando, uma série de atividades, como as Caravanas Quilombolas, o mapeamento das comunidades quilombolas da região – identificando 120 comunidades –, e o apoio para a certificação e a titulação das terras quilombolas na Zona da Mata mineira.

No contexto da pandemia da Covid-19, a SAPOQUI tem atuado de maneira decisiva na garantia da vacinação das comunidades quilombolas, apoiando na efetivação do direito conquistado por esse grupo social como parte do grupo prioritário a ser vacinado, além da promoção de rodas de conversas em espaços virtuais acerca da temática do povo negro e quilombola. Atualmente a Rede SAPOQUI se constitui como parte dos movimentos sociais que apoiam a luta e emancipação dos povos quilombolas, sendo parceira e articuladora de uma rede composta por diversos grupos, coletivos, movimentos, organizações e instituições¹⁶.

Sobre as ações da SAPOQUI, neste texto apresentamos três delas: a Caravanas Quilombolas, a certificação das comunidades quilombolas na Zona da Mata mineira e a vacinação contra a Covid-19 das comunidades quilombolas na região.

AS CARAVANAS QUILOMBOLAS

As Caravanas Quilombolas foram realizadas em quatro edições, entre 2018 e 2019. Cada uma delas é referenciada pelas festas populares das comunidades da região, são elas: I Caravana Quilombola – Festa de Nossa Senhora do Rosário, II Caravana

¹⁶ Para citar alguns: Grupo Afro Ganga Zumba, FOMENE, CTA – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, Troca de Saberes-UFV, TEIA – Programa de Extensão Universitária, OCA – Organização Cooperativa de Agroecologia, ECOA – Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia, Associação Quilombola de Córrego do Meio, AMBÉ – Associação de Moradores do Buieí, Raízes da Mata – Rede Agroecológica de Produção e Consumo, ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, EFA Paulo Freire – Escola da Família Agrícola Paulo Freire, N'Golo – Federação Das Comunidade Quilombolas do Estado de Minas Gerais, universidades, notadamente a UFV – Universidade Federal de Viçosa e a UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora e o poder público, via articulações com deputados e vereadoras/es.

Quilombola – Festa de São Pedro, III Caravana Quilombola – Festa da Terra, IV – Caravana Quilombola, no município de Eugenópolis (MG).

A Caravana Quilombola surge a partir da experiência da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, em 2016, movimento de denúncia e resistência populares desencadeado pelo rompimento da barragem de Fundão, o desastre-crime da Samarco/BHP Biliton no município de Mariana (MG), um dos maiores desastres ambientais do mundo. No percurso da Caravana da Bacia do Doce, Farinhada, importante liderança do movimento negro na região da Zona da Mata mineira, chama atenção para a presença de diversas comunidades negras e sugere a mudança da rota dessa Caravana para o município de Ouro Verde de Minas (MG), no Vale do Mucuri, região de referência de organização e lutas quilombolas no estado. A mudança é acatada e a experiência produz, de forma concreta, a necessidade de olhar para esse grupo social na Zona da Mata mineira, processo fundamental na produção do sonho e da construção das Caravanas Quilombolas na região.

No que se refere à metodologia das Caravanas Quilombolas, ainda que cada Caravana tenha suas especificidades, há uma orientação comum em termos das suas etapas. Após o início dos planejamentos, que seguem durante todo o processo, inicia-se o “Abre Caminhos”, que são as visitas para conhecer as comunidades, entender um pouco suas realidades e buscar dialogar com elas na preparação para receber quilombolas de outras regiões. A ideia é a realização de intercâmbios, no qual os quilombolas partilham suas experiências de lutas, resistências e conquistas através de um processo dialógico e horizontal, gerando um processo educativo a partir da discussão identitária e memória ancestral de luta. Depois do Abre Caminhos, a Caravana passa pelas comunidades quilombolas promovendo rodas de conversa mobilizadas por perguntas geradoras, sendo acolhida pelas comunidades. A Caravana visita escolas, associações, quintais, sempre com muita música, alegria e comida farta, saborosa e produzida a partir do trabalho de mulheres e homens, camponesas e camponeses, partilhado generosamente pelas comunidades.

Ao final, após os dias de visitas e intercâmbios, todas as comunidades pelas quais passou a Caravana se juntam como forma de comemoração por todas as memórias e ensinamentos partilhados e também para que todas as comunidades possam se conhecer e socializar os anúncios (realizações, conquistas e potencialidades) e as denúncias

(dificuldades, conflitos e problemas) encontrados ao longo das rotas. Tal culminância sempre é realizada seguindo o calendário de festas das comunidades. Aqui, para além dos caravaneiros, como são chamados os participantes das Caravanas, outras pessoas das comunidades também participam, sendo para elas um momento de aprendizagens sobre a existência e as lutas quilombolas na região.

As Caravanas Quilombolas permitiram que, em períodos diferentes, a Rede SAPOQUI pudesse observar e aprender sobre a situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar nos territórios, tema forte quando consideramos a realidade de várias comunidades quilombolas em todo o Brasil, resultado dos processos de negação a que foi submetido o povo negro. Em algumas comunidades foram identificados a falta de acesso a alimentação saudável, produção autossustentável, além do êxodo rural e a perda do território. Em outras comunidades foi possível identificar a importância da organização coletiva, da agroecologia e dos princípios da economia solidária, permitindo a manutenção do sistema de produção agroecológico, o comércio justo e solidário e a visibilidade conquistada como referência em modelos de comunidades sustentáveis.

A partir dos encontros, discussões, reflexões e aprendizados, as comunidades quilombolas passam a criar um vínculo de fortalecimento e organização através da Rede SAPOQUI, que também se fortalece nesse movimento. Destacamos também a centralidade, a natureza e os sentidos pedagógicos dos encontros produzidos pelas Caravanas Quilombolas. Essa experiência concretiza o que bell hooks (2013) e Paulo Freire (1987; 2016) nos provocam a pensar e fazer: processos pedagógicos referenciados no diálogo, na amorosidade, na boniteza, no prazer, na alegria e na liberdade. Pedagogias que convidam a presença de corpos inteiros, não restritos à sua racionalidade mental. Pedagogias de pessoas em movimentos, no encontro com outras pessoas, suas memórias, lutas, sabores e saberes. Como preconiza a educação popular, são processos que fazem a partir das questões concretas das comunidades e se voltam para elas, orientando a mudança positiva das realidades, a partir da ampliação de olhares e produção de caminhos forjados no encontro com outros caminhos percorridos.

CERTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA ZONA DA MATA MINEIRA

O acesso às políticas públicas para os remanescentes de quilombo se dá por meio do autorreconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares, entidade que emite a certidão de autodefinição de “comunidade remanescente de quilombo”. Esta certidão é a porta de acesso à diversas políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas. É através dela que as comunidades poderão solicitar ao Governo Federal proteção e apoio na defesa de seu patrimônio e preservação de seu território, além de acessar demais políticas como a Educação Quilombola e aquelas vinculadas à Política Nacional do Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Lei n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007), que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Após as Caravanas Quilombolas essa política pública de reconhecimento passou a ser uma das principais ações da SAPOQUI, apoiando as comunidades a levantar informações sobre origem e constituição de seus territórios. A Rede SAPOQUI entende que esse processo é extremamente importante e pedagógico no sentido de provocar as comunidades a se organizarem e discutirem sobre sua ancestralidade e sua identidade. Esse processo oportuniza à comunidade a produzir espaços de construção identitária que passam pela discussão do racismo historicamente sofrido, a ausência e o abandono pela sociedade e pelo estado brasileiro e a necessidade de mobilização para o reconhecimento e garantia dos direitos conquistados pelo povo quilombola.

Todo esse processo de levantamentos de dados, discussão da identidade quilombola, mobilização e organização é realizado pelos quilombolas da Rede SAPOQUI. Os relatos são realizados através de rodas de conversa nas comunidades, com a participação de mestras e mestres griôs de diferentes comunidades trazendo suas experiências de vida e luta.

Na direção que expressamos aqui, os processos de certificação, além de importantes no sentido de permitir que as comunidades se construam ou se fortaleçam enquanto sujeitos de direitos, no sentido de usufruir de sua cidadania quilombola é, acima de tudo, um processo de formação e construção do movimento de luta da Rede SAPOQUI. A opção da Rede no processo de mapeamento e identificação das

comunidades passa por conectá-las, promover seu reencontro, permitindo que se conheçam, criem ou reconstruam vínculos rompidos pelo tempo, pela distância, pelas dinâmicas da vida. Criam condições para a construção de um movimento pluriétnico, cultural, ancestral e antirracista formado pelas comunidades da Zona da Mata mineira.

VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Por fim, um marco importante no que se refere às ações da Rede SAPOQUI no contexto da Pandemia da Covid-19 é o apoio às comunidades para garantir a vacinação prioritária, conquistada a partir da articulação feita pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). O direito das comunidades quilombolas à vacinação foi reconhecido em fevereiro de 2021, sendo de imediato iniciadas as movimentações para garantir sua efetivação. A Rede SAPOQUI iniciou os trabalhos a partir das orientações enviadas pela CONAQ, articulações regionais e estaduais. O primeiro passo foi organizar as comunidades certificadas e autodefinidas para o levantamento do número de doses necessárias para cada estado. Para tal, a Rede SAPOQUI contactou lideranças das comunidades e parceiros para construir uma lista das comunidades quilombolas e encaminhá-la ao governo do estado. Em seguida, foi iniciado o processo de orientação do protocolo de vacinação quilombola, construído a partir de experiências realizadas, adequando às realidades das comunidades. Nesse processo, algumas comunidades quilombolas, sobretudo as comunidades autodefinidas¹⁷, denunciam a negação desse direito pelas Secretarias Municipais de Saúde. Apoiadas pela Rede SAPOQUI, essas comunidades exigem o cumprimento do direito constitucional ao seu reconhecimento e acesso à vacina como grupo prioritário, direito relacionado ao seu pertencimento como quilombolas.

Os debates em torno da vacinação prioritária, as dificuldades encontradas pelas comunidades, sobretudo no que se refere à “produção da sua existência” para o poder público dos municípios como quilombolas, provoca uma série de processos educativos dentro e fora das comunidades. Dentro das comunidades esse processo gerou a realizações de reuniões para informar sobre o direito à vacinação e organizar as pessoas para

¹⁷ Não considerar o autorreconhecimento como atestado de pertencimento identitário enquanto povos e comunidades tradicionais desrespeita a Convenção 169 da OIT, de 1989, que diz respeito ao direito de auto atribuição relativo ao pertencimento aos povos e comunidades tradicionais.

acessarem essa política pública. Em relação ao poder público, a intensa mobilização das comunidades exige o reconhecimento dos quilombolas como sujeitos existentes e portadores do direito à vacinação, um processo educativo que, não raro, se constitui em meio a intensas tensões, envolvendo denúncias ao Ministério Público e ações administrativas e judiciais mobilizadas através da Rede SAPOQUI.

Por meio das ações desenvolvidas, a Rede SAPOQUI vem desempenhando um papel de extrema importância junto das comunidades quilombolas da região na garantia dos seus direitos e mesmo da sua existência concreta, exemplificado pela intensa luta travada, ainda em curso, para garantir a vacinação prioritária nas comunidades quilombolas. Como temos debatido, as ações da SAPOQUI, além de figurarem como processos educativos no interior das próprias comunidades quilombolas, educa a sociedade e seus diferentes atores e instituições, especialmente na sua região de atuação, sobre a existência desse grupo social nos dias hoje. Anunciar a existência negra e quilombola na região, além de contribuir para fissurar imagens que ainda permeiam o imaginário brasileiro sobre os quilombolas como remanescentes de um passado “frigorificado” (ALMEIDA, 2011), produzem a exigência de uma nova postura diante dessas comunidades como sujeitos de conhecimento, políticos e de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de ensinar e aprender são matéria fundamental da nossa existência. Aprendemos a todo momento, dentro e fora da escola, lugares que, dados nossos direitos e deveres firmados legalmente, se entrelaçam. Essas dinâmicas dos saberes estão amparadas na ação histórica de diferentes grupos que, dentro de um sistema desigual e racista, definem a legitimidade dos saberes, dos seus processos de produção e de seus produtores, criando sentidos e pertinências para o que se ensina e aprende e atuando profundamente na configuração das próprias estruturas e organização da sociedade. Entretanto, ainda que imersos numa profunda desigualdade de forças configuradas e que configuram os laços entre saber e poder, coletivos das camadas populares, motivados pela garantia da sua existência material, a qual está em profunda interface com suas cosmovisões e territorialidades, resistem. Não só resistem como avançam na sua

visibilização como seres humanos e sujeitos de direitos, acessando direitos ditos universais, inclusive problematizando tal universalidade.

Por meio de sua organização e ação, tais grupos afrontam o perverso projeto colonial produtor das profundas desigualdades, da fome, do desemprego, das violências cotidianas de várias naturezas, da negação de direitos, e mesmo da humanidade no caso dos grupos sociais racializados, como negros e indígenas. No movimento dialético, face a essas violências, em sua contraposição, ou agindo nas brechas, nos vazios, nas fronteiras desse sistema de negação da vida e imposição de escassez (WALSH, 2017; RUFINO, 2019; GOMES, 2017), em suas diversas expressões e escalas, a resistência produz e aponta concretamente caminhos possíveis e necessários para viver, produzindo territórios e territorialidades de vida, condição da sua existência, a partir de abordagens epistêmicas e práticas socioculturais, em maior ou menor grau, subversoras daquelas de matriz europeia propagadas pelos grupos e classes hegemônicas (HAESBAERT, 2020).

Dentro de um projeto fascista, epistemicida, genocida e racista, organizações como a Casa Ganga Zumba e a Rede SAPOQUI são fundamentais. Produzem ações político-pedagógicas concretas de garantia da vida, a despeito da tentativa de produção de silêncios, da imposição de máscaras, como nos adverte Grada Kilomba (2019), instrumentos da política de silenciamento, medo e morte componentes do projeto colonial, que segue operando por meio de uma multiplicidade de formas. São também essas experiências que, preservando dinamicamente as sementes para o futuro, com Paulo Freire em seu poema “À sombra dessa mangueira”, constituindo-se como referências para um futuro mais justo e digno para o povo negro e, por conseguinte, para a sociedade brasileira mais amplamente.

Na Zona da Mata mineira, a Casa Ganga Zumba e a Rede SAPOQUI através de suas ações, se constroem como formas de resistência e existência dos povos quilombolas, denunciando os grandes desafios vivenciados todos os dias por esse grupo social. Com enorme potência, sua existência e suas ações informam e afirmam o grito de existência quilombola nos dias de hoje, como integrantes da sociedade brasileira desde a sua constituição. Ainda que submetidos às duras condições de vida que foram impostas ao povo negro a partir da produção de hierarquias operadas pelo racismo, as tentativas de apagamento das suas existências, entre elas, através do epistemicídio, seguem em movimento de resistência-existência (WALSH, 2017). Denunciando secularmente as

condições desumanas e desumanizadoras (ARROYO, 2012) parte da experiência social desse grupo, produzem caminhos frente às situações-limites (FREIRE, 1987; 2016), obstáculos, barreiras que precisam ser vencidas. Em meio a contradições, produzem suas histórias, suas memórias, suas pedagogias, referenciadas na ancestralidade, na solidariedade, na afirmação positiva da identidade negra e quilombola, educando a si e a toda a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- ARROYO, O humano é viável? É educável? **Revista Pedagógica**. 2015, vol.17, n.35, mai-ago. 2015.
- AZEVEDO, Débora Rodrigues. **A artesanía das práticas sociais e a existência inventiva das mulheres do quilombo de Pinhões**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.
- BISPO dos Santos, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre desigualdade e possibilidade de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, v.3, n. 3, 2016.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do outro como não-ser fundamento do ser**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- CASTRO, Mônica Messias de. **O papel da mulher na constituição da comunidade do Quilombo Urbano do Bairro de Fátima, município de Ponte Nova: um regaste histórico cultural da africanidade local**. Trabalho de Conclusão de Curso. UNIAFRO. Ouro Preto, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- FREIRE. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2016.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais: educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2012, p. 98-109
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**. Petrópolis: Vozes. 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por uma feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Flávio Rios; Márcia Lima (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, Volume 19, Number 1, January 2020, pp. 141-151.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set./dez. 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia** (2003). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

OYĒWŪMÍ. Oyèrónké. **Matripotência: Ìyá nos conceitos filosóficos e instituições sociopolíticas iorubás**. Tradução para uso didático de OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. Matripotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. What Gender is Motherhood? Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016, capítulo 3, p. 57-92, por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>>. Acesso: 30 de novembro de 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Open Edition Journals**, 2008.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral: Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei 10.639/03**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PROENÇA, Wander de Lara. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revista Aulas**, n. 4, abril-jul 2007.

QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v.19, n.55, set/dez. 2005a.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Clacso: Buenos Aires, 2005b.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. n. 37 (17), 2002. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Samava Impresores, 2010.

ROCKWELL, ELISIE. Movimientos sociales emergentes y nuevas maneras de educar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012.

ROSA, Allan da. **Pedagoginda: autonomia e mocambagem**. São Paulo: Pólen, 2019.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.31-84.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 01, janeiro/abril. 2010.

Schucman, Lia V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 83-94. 2014.

WALSH, Catherine. **Gritos, grietas y siembras de vida: Entretejerer de lo pedagógico y lo decolonial**. *In*: Pedagogías decoloniales Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir/Tomo II. Catherine Walsh, editora: Quito-Ecuador, 2017. p.17-48.

WALSH, Catherine. **Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos?: Colectivo Zapateándole al mal gobierno**. 2014.